



DESDE 2005



Bel. Júlio Ramos Luz
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E LEILOEIRO RURAL
PERITO JUDICIAL

AARC nº 162
FAESC 026
COMPEJ Nº 02.00.2110

ANEXO II

CONFORME ITEM 4, 4.2, LETRA "a" DO EDITAL

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Referência: Credenciamento nº 001/2020 SCPAR Porto de Imbituba S.A.

1. **Nome do Leiloeiro:** Júlio Ramos Luz
2. **CPF Nº:** 582.420.409 82
3. **Nº de matrícula da Junta Comercial do Estado:** 162.
4. **Endereço Completo:** Rua Acadêmico Nilo Marchi, nº 447, Centro, Rio do Sul, SC, CEP 89 160 075.
5. **Telefone:** (47) 3521 7730 e 9 8812 4477. **E-mail:** julioramos@julioramos.com.br

Na condição de leiloeiro público matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, conforme acima qualificado, venho solicitar credenciamento para realizarmos os leilões públicos que se fizerem necessários para a SCPAR Porto de Imbituba S.A. alienar, em conformidade com o que prescreve a Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e demais disposições aplicáveis, bens patrimoniais móveis e materiais inservíveis de propriedade da SCPAR Porto de Imbituba, considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos e/ou de recuperação antieconômica.

Para tanto, apresento junto a esta Carta de Credenciamento, Certidão de regularidade para atuar como Leiloeiro Oficial emitida pela JUCESC, com data de expedição inferior a 30 dias da data da sessão, de acordo com art. 2º da IN DNRC nº113; cópia da carteira de identidade, CPF, e demais documentos exigidos para habilitação, conforme Item 4 do Edital de Credenciamento nº 001/2020.

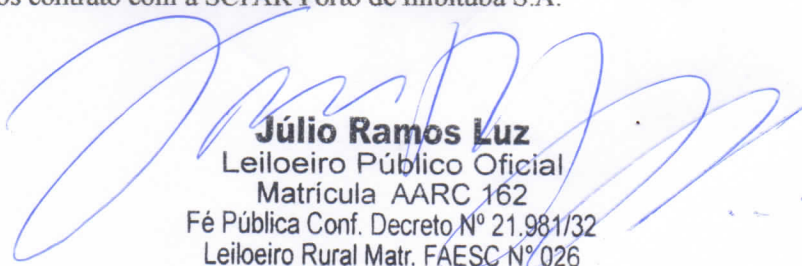
Também apresento os seguintes meios, os quais me comprometo a mantê-los atualizados, para a SCPAR Porto de Imbituba S.A. nos transmitir comunicações decorrentes deste processo de credenciamento, inclusive para me convocar para o sorteio que definirá a ordem de classificação dos leiloeiros habilitados a realizar as alienações caso necessário:

- a) **E-mail:** julioramos@julioramos.com.br
- b) **Telefone:** (47) 3521 7730 e 9 8812 4477.

Neste ensejo, **DECLARO**, sob as penas da lei que:

- a) Tomo conhecimento da íntegra do Edital de Credenciamento nº 001/2020 e seus anexos, concordo plenamente com seus termos e atendo a todas as condições e exigências nele contidas.
- b) Inexistem fatos que impeçam minha habilitação e estou ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências que venham a se verificar posteriormente, caso firmemos contrato com a SCPAR Porto de Imbituba S.A.

Porto de Imbituba, 15 de janeiro de 2.021.


Júlio Ramos Luz
Leiloeiro Público Oficial
Matrícula AARC 162
Fé Pública Conf. Decreto Nº 21.981/32
Leiloeiro Rural Matr. FAESC Nº 026

Matriz: Rua Ac. Nilo Marchi, nº. 447, Sl. 01, centro, RIO DO SUL, SC. CEP 89 160 075, (47) 3521 7730, 9 8484 7730

Filial: Rua Saldanha Marinho nº 374, Edif. Zigurate, Sala 701, Centro, FLORIANÓPOLIS, CEP 88.010 450, (48) 9 8852 0474

Email: julioramos@julioramos.com.br WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COM.BR



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	L675.990
DATA DE EXPEDIÇÃO	04/JAN/2010
NOME	JULIO RAMOS LUZ
FILIAÇÃO	ADAIRTON JOSE LUZ ONELIA RAMOS LUZ
NATURALIDADE	RIO DO SUL SC
DATA DE NASCIMENTO	28/JAN/1967
DOC. ORIGEM	CERT. NASC. 42079 LV 87 FL 271 CART. NOVELLETO-RIO DO SUL SC
CPF	582.420.409-82
ASSINATURA DO DIRETOR	Arícia M. Zimmermann D'Avila Legada Regional de Polícia Matrícula: 322.718-9
RIO DO SUL - SC	LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



3º Tabelionato
Marlene Finardi
Tabeliã Interina

Rua Carlos Gomes, 105 - Sala 4 - Centro - Rio do Sul - SC - 89212-000

3º Tabelionato.com

AUTENTICAÇÃO



AUTENTICO a presente cópia reprográfada por
correlar com o original a mim apresentada, o
que dou fé, Rio do Sul - SC, segunda-feira, 21
de setembro de 2020.

Antônio Domingos Ledra - Escrevente Notarial

Emolumentos R\$ 4,00 + Selo R\$ 2,80 = R\$ 6,80 (Selo
Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - FXW27432-
WNS0)(CARTEIRA DE IDENTIDADE)

Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br



EM BRANCO

BRASIL

Titular (Acesso GOV.BR por CPF/Senha): 582.420.409-82 - JULIO RAMOS LUZ

Sair com Segurança

LOCALIZAR SERVIÇO

Alterar perfil de acesso

Acesse a sua [caixa postal](#)

CPF - Comprovante de Inscrição

 **Ministério da Fazenda**
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF 

Número
582.420.409-82

Nome
JULIO RAMOS LUZ

Nascimento
28/01/1967

CÓDIGO DE CONTROLE
D460.11DC.80F8.50DE



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
em 00:54:02 de dia 05/11/2020 (hora e data de Brasília)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **582.420.409-82**

Nome: **JULIO RAMOS LUZ**

Data de Nascimento: **28/01/1967**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:55:59** do dia **30/11/2020** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **00DA.7DF2.608E.8544**



Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins e a pedido da parte interessada que, **JÚLIO RAMOS LUZ**, brasileiro, inscrito no CPF nº 582.420.409-82, é Leiloeiro Oficial, matriculado sob nº AARC/162 e encontra-se em situação **Regular** perante essa Junta Comercial, porém possui processo administrativo em trâmite (Processo JUCESC nº 336/2019, 146/2019 e 530/2019). O referido leiloeiro tomou posse em 13 de abril de 2005, conforme se extrai do Livro de Posses desta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC.

Sendo a expressão da verdade, dato e assino a presente certidão.

Florianópolis, SC, 18 de dezembro de 2020.

** Assinado digitalmente*

ANA CARLA WEBER

Analista Técnico em Registro Mercantil
Diretoria de Registro Mercantil da JUCESC

Avenida Rio Branco, 387 – Centro - Florianópolis – SC - CEP 88015-201
Telefone: (048) 3212-5535 - Fax: (048) 3212-5518
Site: <http://www.jucesc.sc.gov.br>
E-mail: secretariageral@jucesc.sc.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JULIO RAMOS LUZ
CPF: 582.420.409-82

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:22:26 do dia 06/10/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/04/2021.

Código de controle da certidão: **58B1.8443.1CAE.4D65**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome (razão social): JULIO RAMOS LUZ
CNPJ/CPF: 582.420.409-82

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	200140146365480
Data de emissão:	24/11/2020 11:07:37
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	23/01/2021

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Departamento de Arrecadação

CERTIDÃO NÚMERO

43453/2020

Emissão em 30/11/2020

Nome: 114502 - JULIO RAMOS LUZ CPF/CNPJ: 582.420.409-82

Rua: RUA ACADEMICO NILO MARCHI N°: 164

Complemento:

CEP: 89.160-075

Bairro: CENTRO

Cidade: Rio do Sul

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Certificamos, para os devidos fins, nos termos do Art. 205, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e do Art. 137, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003 (Código Tributário Municipal), que NÃO CONSTA(M) DÉBITO(S) em seu nome junto à Fazenda do Município de Rio do Sul - SC, referente a tributos municipais, até a presente data .

Observações:

1. O Município de Rio do Sul se reserva ao direito de cobrar e inscrever débito(s) tributário(s) de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que por quaisquer motivos forem constatados posteriormente a emissão deste documento
2. A presente Certidão não é documento de quitação de Débitos Municipais.

VALIDADE DESTA CERTIDÃO SERÁ DE 90 (NOVENTA) DIAS APÓS A DATA DE EMISSÃO

A autenticidade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do número e ano da certidão.

Acesse: <http://www.riodosul.atende.net>

Menu Cidadão > Serviços Online > Certidões > Validação Certidão Contribuinte

Rio do Sul - SC, 30 de novembro de 2020

PRAÇA 25 DE JULHO,1-CENTRO

Rio do Sul (SC) - CEP: 89160900 - Fone: (47) 3531-1200

Página 1 de 1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 50.026.28341.0-7

Razão Social: JULIO RAMOS LUZ

Endereço: RUA ACADEMICO NILO MARCHI 129 CASA / CENTRO / RIO DO SUL / SC /
89160-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/12/2020 a 26/01/2021

Certificação Número: 2020122802163072611530

Informação obtida em 04/01/2021 10:50:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



07/12/2020

0639004

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Rio do Sul

CERTIDÃO
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 7942973**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Rio do Sul, com distribuição anterior à data de 06/12/2020, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

JULIO RAMOS LUZ, portador do RG: 1675990, CPF: 582.420.409-82. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Rio do Sul, segunda-feira, 7 de dezembro de 2020.

PEDIDO Nº:

0639004



CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 648683

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: JULIO RAMOS LUZ

CPF: 582.420.409-82

RG: 1675990

Órgão expedidor: SSP SC

Nome da mãe: ONELIA RAMOS LUZ

Nome do pai: ADAIRTON JOSE LUZ

Data de nascimento: 28/01/1967

Certidão emitida às 10:46 de 07/12/2020.

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
- 3) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



08/12/2020

0643999

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Rio do Sul

CERTIDÃO
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº: 7947815**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Rio do Sul, com distribuição anterior à data de 07/12/2020, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

JULIO RAMOS LUZ, portador do RG: 1675990, CPF: 582.420.409-82, filho de Adairton Jose Luz e Onelia Ramos Luz, nascido aos 28/01/1967. *****

OBSERVAÇÕES: a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada; b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça; c) não tem validade para fins eleitorais; d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário; e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, f) a certidão da Capital abrange os crimes do Código Penal Militar, no primeiro grau de jurisdição; g) para a Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Rio do Sul, terça-feira, 8 de dezembro de 2020.

PEDIDO Nº:

0643999



CERTIDÃO CRIMINAL Nº: 651001

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: JULIO RAMOS LUZ

CPF: 582.420.409-82

RG: 1675990

Órgão expedidor: SSP SC

Nome da mãe: ONELIA RAMOS LUZ

Nome do pai: ADAIRTON JOSE LUZ

Data de nascimento: 28/01/1967

Certidão emitida às 14:58 de 08/12/2020.

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- 3) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



22/12/2020

0000679786

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Rio do Sul

CERTIDÃO
CÍVEL

CERTIDÃO Nº: 7982446**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Rio do Sul, com distribuição anterior à data de 21/12/2020, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

JULIO RAMOS LUZ, portador do RG: 1675990, CPF: 582.420.409-82. *****

OBSERVAÇÕES: a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada; b) não abrange as ações de falência, concordata e recuperação judicial; c) a certidão da Capital abrange ações cíveis contra atos disciplinares militares, conforme art. 125 § 5º da CFB; d) não tem validade para fins eleitorais; e) foram considerados os normativos do CNJ; f) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário; g) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico [http://www.tjsc.jus.br/portal/opção Certidões/Conferência de Certidão](http://www.tjsc.jus.br/portal/opção/Certidões/Conferência%20de%20Certidão); h) para a Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Bancário, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Rio do Sul, terça-feira, 22 de dezembro de 2020.

PEDIDO Nº:**0000679786**

CERTIDÃO CÍVEL Nº: 667279

À vista dos registros **cíveis** constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, CONSTA(M) distribuído(s), o(s) processo(s) listado(s) abaixo em relação a:

NOME: JULIO RAMOS LUZ

CPF: 582.420.409-82

RG: 1675990

Órgão expedidor: SSP

Nome da mãe: ONÉLIA RAMOS LUZ

Nome do pai: ADAIRTON JOSE LUZ

Data de nascimento: 28/01/1967

Certidão emitida às 14:06 de 07/01/2021.

Classe	Processo	Segredo de Justiça	Situação Processual	Área Processual
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5000681-59.2020.8.24.0091	Não	MOVIMENTO	Cível
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5000683-29.2020.8.24.0091	Não	MOVIMENTO	Cível
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5005211-43.2020.8.24.0015	Não	CONCLUSÃO	Cível
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5011895-61.2020.8.24.0054	Não	MOVIMENTO	Cível
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	5007104-30.2020.8.24.0125	Não	MOVIMENTO	Cível
Procedimento Cível Comum	0301238-97.2015.8.24.0070	Não	MOVIMENTO	Cível
Procedimento Cível Comum	0300235-68.2017.8.24.0125	Não	MOVIMENTO	Cível

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- 3) Não abrange as ações de falência, concordata e recuperação judicial;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

- 4) A certidão abrange ações cíveis contra atos disciplinares militares, conforme art. 125, § 5º da CFB;
- 5) Não tem validade para fins eleitorais;
- 6) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 7) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



JUSTIÇA ESTADUAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Justiça Estadual, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, processo nº 5000681-59.2020.8.24.0091, distribuído para o Juízo da 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Florianópolis (Capital) - Eduardo Luz e no qual figuram, como EXEQUENTE, CAMILA ZWANG SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - CNPJ: 28.129.701/0001-44 (representado(a) por CAMILA ZWANG - OAB: SC033752) e, como EXECUTADO, JULIO RAMOS LUZ - CPF: 582.420.409-82 (representado(a) por AISLAN GONCALVES GARCIA - OAB: SC040235 e VOLMIR DE MOURA - OAB: SC040211), constam os seguintes eventos: em 15/01/2020 21:30:07, Distribuído por dependência (FNSE01JC01) - Número: 03038001120188240091; em 16/01/2020 12:51:49, Autos com Juiz para Despacho/Decisão; em 13/02/2020 15:35:51, Despacho/Decisão - de Expediente; em 13/02/2020 18:04:18, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Refer. ao Evento: 3 (EXECUTADO - JULIO RAMOS LUZ) Prazo: 15 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 28/02/2020 00:00:00 Data final: 07/05/2020 23:59:59; em 23/02/2020 23:59:59, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 4; em 16/03/2020 13:56:34, Juntada de certidão - suspensão do prazo - 16/03/2020 até 31/03/2020 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS COM EXPEDIENTE - RESOLUÇÃO CONJUNTA GP/CGJ N. 2 DE 16 DE MARÇO DE 2020; em 23/03/2020 12:41:09, Juntada de certidão - suspensão do prazo - 01/04/2020 até 30/04/2020 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS COM EXPEDIENTE - RESOLUÇÃO CONJUNTA GP/CGJ N. 5 DE 23 DE MARÇO DE 2020; em 08/05/2020 01:03:45, Decurso de Prazo - Refer. ao Evento: 4; em 27/05/2020 12:47:01, PETIÇÃO; em 27/05/2020 14:28:12, Autos com Juiz para Despacho/Decisão; em 15/06/2020 14:14:59, Despacho; em 15/06/2020 14:14:59, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Despacho/Decisão - Refer. ao Evento: 11 (EXEQUENTE - CAMILA ZWANG SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA) Prazo: 5 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 29/06/2020 00:00:00 Data final: 03/07/2020 23:59:59; em 15/06/2020 17:45:08, Cancelamento de Movimentação Processual - (Evento 13 - Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Despacho/Decisão - 15/06/2020 14:14:59); em 15/06/2020 17:46:01, Remessa Contadoria Cálculo - FNSE01JC -> FNSELCONT; em 23/06/2020 17:27:24, Atos da Contadoria-Cálculo Judicial - FNSELCONT -> FNSE01JC; em 24/06/2020 12:36:36, Autos com Juiz para Despacho/Decisão; em 25/06/2020 23:59:59, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 12; em 26/06/2020 19:36:41, CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 12; em 01/07/2020 13:00:03, Decisão interlocutória; em 08/07/2020 14:43:10, Juntada - Peças Digitalizadas; em 10/07/2020 12:18:41, Ato ordinatório praticado; em 10/07/2020 12:18:41, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Refer. ao Evento: 22 (EXEQUENTE - CAMILA ZWANG SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA) Prazo: 1 dia Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 15/07/2020 00:00:00 Data final: 15/07/2020 23:59:59; em 10/07/2020 12:18:41, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Refer. ao Evento: 22 (EXECUTADO - JULIO RAMOS LUZ) Prazo: 20 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 22/07/2020 00:00:00 Data final: 18/08/2020 23:59:59; em 12/07/2020 22:10:37, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 23; em 12/07/2020 22:10:37, CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 23; em 20/07/2020 23:59:59, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 24; em 17/08/2020 18:03:02, PETIÇÃO - Refer. ao Evento: 24; em 17/08/2020 20:19:56, Autos com Juiz para Despacho/Decisão; em 20/08/2020 19:06:28, Decisão interlocutória; em 20/08/2020 19:06:28, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Despacho/Decisão - Refer. ao Evento: 30 (EXEQUENTE - CAMILA ZWANG SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA) Prazo: 5 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 25/08/2020 00:00:00 Data final: 31/08/2020 23:59:59; em 20/08/2020 19:06:28, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Despacho/Decisão - Refer. ao Evento: 30 (EXECUTADO - JULIO RAMOS LUZ) Prazo: 5 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 02/09/2020 00:00:00 Data final: 09/09/2020 23:59:59; em 20/08/2020 22:21:13, Pedido de Expedição de Alvará de Levantamento; em 21/08/2020 13:26:31, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 31; em 21/08/2020 13:26:31, CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 31; em 27/08/2020 17:53:29, Juntada - Peças Digitalizadas; em 30/08/2020 23:59:59, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 32; em 02/09/2020 16:22:47, Expedido Alvará; em 10/09/2020 01:23:02, Decurso de Prazo - Refer. ao Evento: 32; em 08/10/2020 14:51:01, Conclusos para julgamento; em 14/10/2020 16:29:01, Extinta a execução ou o cumprimento da sentença - tipo B; em 14/10/2020 16:29:01, Expedida/certificada a intimação eletrônica - Sentença - Refer. ao Evento: 41 (EXEQUENTE - CAMILA ZWANG SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA) Prazo: 10 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 29/10/2020 00:00:00 Data final: 12/11/2020 23:59:59; em 14/10/2020 16:29:01, Expedida/certificada a intimação eletrônica - Sentença - Refer. ao Evento: 41 (EXECUTADO - JULIO RAMOS LUZ) Prazo: 10 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 29/10/2020 00:00:00 Data final: 12/11/2020 23:59:59; em 24/10/2020 23:59:59, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. aos Eventos: 42 e 43; em 26/10/2020 18:35:28, CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 42; em 13/11/2020 01:15:13, Decorrido prazo - Refer. ao Evento: 43. Certifica, ainda, que o assunto cadastrado no mencionado processo é: Indenização por dano moral, Responsabilidade civil, DIREITO CIVIL. Certifica, por fim, que o valor da causa é de R\$ 6.468,87.

Certidão gerada via internet.

Esta certidão pode ser validada no site <https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc> (Consulta Pública / Consulta Autenticidade de Certidão Narratória) com os seguintes dados:

Número do processo: 50006815920208240091
Número da Certidão: 48232
Código de Segurança: 5c7bf5cd
Data de geração: 13/01/2021 15:57:43





JUSTIÇA ESTADUAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Justiça Estadual, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, processo nº 5000683-29.2020.8.24.0091, distribuído para o Juízo da 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Florianópolis (Capital) - Eduardo Luz e no qual figuram, como EXEQUENTE, MARCO AUGUSTO GHISI MACHADO - CPF: 730.103.089-49 (representado(a) por CAMILA ZWANG - OAB: SC033752) e, como EXECUTADO, JULIO RAMOS LUZ - CPF: 582.420.409-82 (representado(a) por AISLAN GONCALVES GARCIA - OAB: SC040235 e VOLMIR DE MOURA - OAB: SC040211), constam os seguintes eventos: em 15/01/2020 21:47:46, Distribuído por dependência (FNSE01JC01) - Número: 03038001120188240091; em 16/01/2020 12:58:39, Autos com Juiz para Despacho/Decisão; em 13/02/2020 15:35:52, Despacho/Decisão - de Expediente; em 13/02/2020 18:00:06, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Refer. ao Evento: 3 (EXECUTADO - JULIO RAMOS LUZ) Prazo: 15 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 28/02/2020 00:00:00 Data final: 07/05/2020 23:59:59; em 23/02/2020 23:59:59, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 4; em 16/03/2020 13:56:33, Juntada de certidão - suspensão do prazo - 16/03/2020 até 31/03/2020 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS COM EXPEDIENTE - RESOLUÇÃO CONJUNTA GP/CGJ N. 2 DE 16 DE MARÇO DE 2020; em 23/03/2020 12:41:09, Juntada de certidão - suspensão do prazo - 01/04/2020 até 30/04/2020 Motivo: SUSPENSÃO DE PRAZOS COM EXPEDIENTE - RESOLUÇÃO CONJUNTA GP/CGJ N. 5 DE 23 DE MARÇO DE 2020; em 08/05/2020 01:03:45, Decurso de Prazo - Refer. ao Evento: 4; em 28/05/2020 14:58:10, Juntada de certidão; em 28/05/2020 14:58:25, Autos com Juiz para Despacho/Decisão; em 01/06/2020 10:35:49, PETIÇÃO; em 15/06/2020 14:15:00, Despacho; em 15/06/2020 14:15:00, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Despacho/Decisão - Refer. ao Evento: 12 (EXEQUENTE - MARCO AUGUSTO GHISI MACHADO) Prazo: 5 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 29/06/2020 00:00:00 Data final: 03/07/2020 23:59:59; em 15/06/2020 16:10:26, Cancelamento de Movimentação Processual - (Evento 13 - Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Despacho/Decisão - 15/06/2020 14:15:00); em 15/06/2020 16:10:51, Remessa Contadoria Cálculo - FNSE01JC -> FNSELCONT; em 23/06/2020 17:20:59, Cancelamento de Movimentação Processual - (Evento 17 - Atos da Contadoria-Cálculo Judicial - 23/06/2020 16:37:50); em 23/06/2020 17:21:04, Cancelamento de Movimentação Processual - (Evento 18 - Autos com Juiz para Despacho/Decisão - 23/06/2020 16:51:17); em 23/06/2020 17:24:38, Remessa Contadoria Cálculo - FNSE01JC -> FNSELCONT; em 23/06/2020 17:28:33, Atos da Contadoria-Cálculo Judicial - FNSELCONT -> FNSE01JC; em 24/06/2020 12:39:19, Autos com Juiz para Despacho/Decisão; em 25/06/2020 23:59:59, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 14; em 26/06/2020 19:39:29, CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 14; em 10/07/2020 16:21:26, Decisão interlocutória; em 03/08/2020 17:03:06, Juntada - Peças Digitalizadas; em 03/08/2020 18:00:12, Ato ordinatório praticado; em 03/08/2020 18:00:12, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Refer. ao Evento: 28 (EXECUTADO - JULIO RAMOS LUZ) Prazo: 20 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 17/08/2020 00:00:00 Data final: 14/09/2020 23:59:59; em 03/08/2020 18:00:12, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Refer. ao Evento: 28 (EXEQUENTE - MARCO AUGUSTO GHISI MACHADO) Prazo: 1 dia Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 05/08/2020 00:00:00 Data final: 05/08/2020 23:59:59; em 03/08/2020 23:56:34, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 30; em 03/08/2020 23:56:34, CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 30; em 13/08/2020 23:59:59, Intimação Eletrônica - Confirmada - Refer. ao Evento: 29; em 15/09/2020 01:05:45, Decurso de Prazo - Refer. ao Evento: 29; em 15/09/2020 11:41:57, PETIÇÃO; em 22/09/2020 10:38:27, Cancelamento de Movimentação Processual - (Evento 36 - Autos com Juiz para Despacho/Decisão - 15/09/2020 12:37:54); em 22/09/2020 10:39:01, Autos com Juiz para Sentença; em 23/09/2020 09:02:21, Sentença com Resolução de Mérito - Extinção da Execução - tipo B; em 23/09/2020 09:02:21, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Sentença - Refer. ao Evento: 39 (EXECUTADO - JULIO RAMOS LUZ) Prazo: 10 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 07/10/2020 00:00:00 Data final: 21/10/2020 23:59:59; em 23/09/2020 09:02:21, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Sentença - Refer. ao Evento: 39 (EXEQUENTE - MARCO AUGUSTO GHISI MACHADO) Prazo: 10 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 07/10/2020 00:00:00 Data final: 21/10/2020 23:59:59; em 24/09/2020 18:18:11, Pedido de Expedição de Alvará de Levantamento; em 03/10/2020 23:59:59, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. aos Eventos: 40 e 41; em 22/10/2020 01:11:12, Decorrido prazo - Refer. aos Eventos: 40 e 41; em 25/10/2020 22:03:29, Pedido de Expedição de Alvará de Levantamento; em 06/11/2020 15:15:32, Juntada de peças digitalizadas; em 13/11/2020 14:47:43, Expedição de Alvará; em 12/01/2021 15:58:35, Transitado em Julgado - Data: 21/10/2020; em 12/01/2021 15:58:49, Baixa Definitiva. Certifica, ainda, que os assuntos cadastrados no mencionado processo são: Indenização por dano moral, Responsabilidade civil, DIREITO CIVIL e Valor da Execução / Cálculo / Atualização, Liquidação / Cumprimento / Execução, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO. Certifica, por fim, que o valor da causa é de R\$ 32.344,36.

Certidão gerada via internet.

Esta certidão pode ser validada no site <https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc> (Consulta Pública / Consulta Autenticidade de Certidão Narratória) com os seguintes dados:

Número do processo: 50006832920208240091

Número da Certidão: 48237

Código de Segurança: a7a23b43
Data de geração: 13/01/2021 16:04:35



JUSTIÇA ESTADUAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Justiça Estadual, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, processo nº 5005211-43.2020.8.24.0015, distribuído para o Juízo da 2ª Vara Cível de Canoinhas e no qual figuram, como EXEQUENTE, ALEX WILLIAN HOPPE - CPF: 043.915.679-38 (representado(a) por JONATHAN WERKA - OAB: SC020585), JONATHAN WERKA - CPF: 003.773.909-33 (representado(a) por JONATHAN WERKA - OAB: SC020585) e, como EXECUTADO, JULIO RAMOS LUZ - CPF: 582.420.409-82 (representado(a) por AISLAN GONCALVES GARCIA - OAB: SC040235), constam os seguintes eventos: em 19/08/2020 16:11:23, Distribuído por dependência (CNI02CV01) - Número: 50000632220188240015; em 24/08/2020 11:48:03, Autos com Juiz para Despacho/Decisão; em 24/08/2020 19:03:53, Determinada a citação; em 24/09/2020 19:17:38, Expedição de ofício - 1 carta; em 13/10/2020 13:33:10, Juntada de Carta pelo Correio - Comprovante de entrega - Refer. ao Evento: 4 (EXECUTADO - JULIO RAMOS LUZ) Prazo: 15 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 14/10/2020 00:00:00 Data final: 05/11/2020 23:59:59; em 16/10/2020 11:44:18, PETIÇÃO; em 20/10/2020 15:59:36, Expedida/certificada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 6 (EXEQUENTE - ALEX WILLIAN HOPPE) Prazo: 5 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 26/10/2020 00:00:00 Data final: 03/11/2020 23:59:59; em 20/10/2020 15:59:36, Expedida/certificada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 6 (EXEQUENTE - JONATHAN WERKA) Prazo: 5 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 26/10/2020 00:00:00 Data final: 03/11/2020 23:59:59; em 22/10/2020 09:23:10, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 8; em 22/10/2020 09:23:10, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 7; em 22/10/2020 09:23:10, PETIÇÃO - Refer. aos Eventos: 8 e 7; em 29/10/2020 09:04:37, Conclusos para decisão/despacho; em 06/11/2020 01:13:26, Decorrido prazo - Refer. ao Evento: 5; em 06/11/2020 11:35:50, PETIÇÃO. Certifica, ainda, que o assunto cadastrado no mencionado processo é: Indenização por dano moral, Responsabilidade civil, DIREITO CIVIL. Certifica, por fim, que o valor da causa é de R\$ 2.025,04.

Certidão gerada via internet.

Esta certidão pode ser validada no site <https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc> (Consulta Pública / Consulta Autenticidade de Certidão Narratória) com os seguintes dados:

Número do processo: 50052114320208240015

Número da Certidão: 48092

Código de Segurança: 4181851d

Data de geração: 12/01/2021 17:59:33





JUSTIÇA ESTADUAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Justiça Estadual, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, processo nº 5011895-61.2020.8.24.0054, distribuído para o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Rio do Sul e no qual figuram, como EXEQUENTE, MARIO CESAR SEEMANN - CPF: 528.649.609-15 (representado(a) por YÚRI STÜPP - OAB: SC022402) e, como EXECUTADO, JULIO RAMOS LUZ - CPF: 582.420.409-82 (representado(a) por VOLMIR DE MOURA - OAB: SC040211 e AISLAN GONCALVES GARCIA - OAB: SC040235), constam os seguintes eventos: em 22/10/2020 16:49:01, Distribuído por dependência (RSL01CV01) - Número: 03055852720158240054/SC ; em 29/10/2020 15:43:16, Conclusos para decisão/despacho; em 30/10/2020 16:04:57, Determinada a intimação; em 20/11/2020 15:23:33, Conclusos para decisão/despacho; em 18/12/2020 18:27:34, Determinada a intimação; em 18/12/2020 18:27:34, Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão - Refer. ao Evento: 5 (EXECUTADO - JULIO RAMOS LUZ) Prazo: 15 dias Status:ABERTO Data inicial da contagem do prazo: 25/01/2021 00:00:00 Data final: 12/02/2021 23:59:59; em 18/12/2020 18:27:34, Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão - Refer. ao Evento: 5 (EXEQUENTE - MARIO CESAR SEEMANN) Prazo: 15 dias Status:ABERTO Data inicial da contagem do prazo: 25/01/2021 00:00:00 Data final: 12/02/2021 23:59:59; em 28/12/2020 23:59:59, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. aos Eventos: 6 e 7. Certifica, ainda, que o assunto cadastrado no mencionado processo é: Indenização por dano material, Responsabilidade civil, DIREITO CIVIL. Certifica, por fim, que o valor da causa é de R\$ 35.281,82.

Certidão gerada via internet.

Esta certidão pode ser validada no site <https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc> (Consulta Pública / Consulta Autenticidade de Certidão Narratória) com os seguintes dados:

Número do processo: 50118956120208240054

Número da Certidão: 48250

Código de Segurança: 37c75609

Data de geração: 13/01/2021 16:32:41



JUSTIÇA ESTADUAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Justiça Estadual, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, processo nº 5007104-30.2020.8.24.0125, distribuído para o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Itapema e no qual figuram, como EXEQUENTE, JULIO CESAR FERNANDES - CPF: 005.319.179-08 (representado(a) por JOAO JORGE FERNANDES JUNIOR - OAB: SC016861) e, como EXECUTADO, JULIO RAMOS LUZ - CPF: 582.420.409-82 (representado(a) por VOLMIR DE MOURA - OAB: SC040211 e AISLAN GONCALVES GARCIA - OAB: SC040235), constam os seguintes eventos: em 12/11/2020 15:12:50, Distribuído por dependência (IEA02CV01) - Número: 03002356820178240125/SC ; em 14/11/2020 00:59:20, Conclusos para decisão/despacho; em 19/11/2020 21:33:09, Determinada a intimação; em 19/11/2020 21:33:10, Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão - Refer. ao Evento: 3 (EXEQUENTE - JULIO CESAR FERNANDES) Prazo: 15 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 25/11/2020 00:00:00 Data final: 16/12/2020 23:59:59; em 23/11/2020 12:11:50, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 4; em 23/11/2020 12:11:50, PETIÇÃO - Refer. ao Evento: 4; em 23/11/2020 16:08:48, Conclusos para decisão/despacho; em 23/11/2020 19:03:44, Determinada a intimação; em 15/12/2020 10:58:04, PROCURAÇÃO - JULIO RAMOS LUZ (SC040235 - AISLAN GONCALVES GARCIA / SC040211 - VOLMIR DE MOURA); em 16/12/2020 12:30:20, Expedida/certificada a intimação eletrônica - Despacho/Decisão - Refer. ao Evento: 8 (EXECUTADO - JULIO RAMOS LUZ) Prazo: 30 dias Status:ABERTO Data inicial da contagem do prazo: 25/01/2021 00:00:00 Data final: 10/03/2021 23:59:59; em 26/12/2020 23:59:59, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 10. Certifica, ainda, que o assunto cadastrado no mencionado processo é: Indenização por dano moral, Responsabilidade civil, DIREITO CIVIL. Certifica, por fim, que o valor da causa é de R\$ 10.455,42.

Certidão gerada via internet.

Esta certidão pode ser validada no site <https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc> (Consulta Pública / Consulta Autenticidade de Certidão Narratória) com os seguintes dados:

Número do processo: 50071043020208240125

Número da Certidão: 48195

Código de Segurança: b00b4b56

Data de geração: 13/01/2021 14:20:13





JUSTIÇA ESTADUAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Justiça Estadual, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) Procedimento Comum Cível, processo nº 0301238-97.2015.8.24.0070, distribuído para o Juízo da Vara Única da Comarca de Taió e no qual figuram, como AUTOR, EDUARDO FERREIRA - CPF: 035.211.529-79 (representado(a) por EDGAR SANTA ROSA ALMEIDA - OAB: SC020786) e, como RÉU, MUNICÍPIO DE TAIÓ/SC - CNPJ: 82.765.488/0001-02 (representado(a) por SAMARA CRISTINA CORREA - OAB: SC048108), JULIO RAMOS LUZ - CPF: 582.420.409-82, constam os seguintes eventos: em 13/07/2015 17:26:18, Distribuído por sorteio (SAJ); em 13/07/2015 17:26:21, Realizado o pagamento de custas/despesas - Custas Iniciais paga em 09/07/2015 através da guia nº 070.3001811-08 no valor de 1.296,32; em 13/07/2015 17:26:24, Juntada; em 13/07/2015 19:02:29, Conclusos para despacho; em 20/07/2015 17:15:22, Determinado a citação/notificação - Citem-se os requeridos para, querendo, no prazo legal, responderem a ação na forma requerida pela parte autora, devendo constar do mandado as advertências de estilo.; em 08/10/2015 18:10:45, Expedido ofício - SAJ - Encaminhando senha da parte; em 08/10/2015 18:44:48, Expedido ofício - SAJ - Digital - Citação por carta - Rito Ordinário - Autoenvelopável; em 09/10/2015 19:22:51, Expedido mandado - SAJ - Mandado nº: 070.2015/003164-8 Situação: Cumprido - Ato positivo em 06/11/2015 Local: Taió / Deoclécio Kniess; em 20/10/2015 21:13:12, Juntada de AR - Juntada de AR : AR446404957TJ Situação : Cumprido Modelo : Digital - Citação por carta - Rito Ordinário - Autoenvelopável Destinatário : Julio Ramos Luz Diligência : 16/10/2015; em 20/10/2015 21:13:12, Juntada; em 20/10/2015 21:13:24, Certidão emitida - Certidão Automática de Juntada do AR; em 28/10/2015 21:24:27, Prazo alterado pelo ajuste na tabela de feriados - Prazo referente ao usuário foi alterado para 24/11/2015 devido à alteração da tabela de feriados Prazo referente ao usuário foi alterado para 17/11/2015 devido à alteração da tabela de feriados; em 06/11/2015 15:18:58, documento digitalizado; em 06/11/2015 15:20:05, Certificado pelo Oficial de Justiça - Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados, compareci no local indicado e após as formalidades legais, procedi à citação de Município de Taió, na pessoa de seu Prefeito Municipal, Sr. Hugo Lembeck, e após ter tomado ciência do inteiro teor do mandado e das peças processuais que o acompanham, aceitou a contrafé que lhe ofereci, exarando sua assinatura. Dou fé.; em 06/11/2015 15:20:09, Juntada de mandado - Certidão Automática de Juntada do Mandado; em 17/12/2015 16:28:22, Juntada petição de contestação - Nº Protocolo: WTAO.15.10009897-0 Tipo da Petição: Contestação Data: 07/12/2015 15:02 Complemento: Dr. Marcos Vinicius Pereira de Carvalho ; em 17/12/2015 19:02:24, Ato ordinatório praticado - SAJ - Fica intimado o autor para manifestar-se sobre a contestação e documentos, no prazo de 10 (dez) dias.; em 17/12/2015 19:38:25, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0584/2015 Teor do ato: Fica intimado o autor para manifestar-se sobre a contestação e documentos, no prazo de 10 (dez) dias. Advogados(s): Edgar Santa Rosa Almeida (OAB 20786/SC); em 17/12/2015 19:44:10, Juntada; em 07/01/2016 13:28:29, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0584/2015 Data da Publicação: 07/01/2016 Número do Diário: 2262 Página: ; em 07/01/2016 13:31:57, Juntada; em 26/01/2016 20:18:39, Juntada de Petição - Nº Protocolo: WTAO.16.10000744-4 Tipo da Petição: Manifestação sobre a contestação Data: 26/01/2016 15:24 ; em 04/02/2016 20:50:08, Conclusos para sentença; em 04/02/2016 21:05:33, Certidão emitida - Decurso de Prazo; em 10/11/2016 16:26:15, Decisão interlocutória - SAJ - Vistos para decisão.Nos termos do art 357 do Código de Processo Civil, passo a sanear o processo em gabinete.O requerido Júlio Ramos Luz foi citado, porém não apresentou resposta, consoante certidão de p. 98, razão pela qual a decretação de sua revelia é medida que se impõe. Não obstante, no caso em apreço há dois réus e o Município de Taió apresentou contestação, de forma que não se aplicam os efeitos da revelia ao réu Júlio Ramos Luz, nos termos do art. 345, I, do CPC.No mais, os pressupostos processuais se fazem presentes. Verifico que as partes são maiores, capazes e estão regular e processualmente representadas.Pela parte requerida não foram arguidas preliminares nem prejudiciais de mérito, inexistem nulidades a serem reconhecidas, de modo que declaro o processo SANEADO.Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, declinando a sua finalidade e relevância, sob pena de indeferimento, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, consoante artigo 355, inciso I, do CPC, ressaltando que a distribuição do ônus da prova se dará nos termos do artigo 373, incisos I e II do CPC.Intimem-se.; em 10/11/2016 18:46:01, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0737/2016 Teor do ato: Vistos para decisão.Nos termos do art 357 do Código de Processo Civil, passo a sanear o processo em gabinete.O requerido Júlio Ramos Luz foi citado, porém não apresentou resposta, consoante certidão de p. 98, razão pela qual a decretação de sua revelia é medida que se impõe. Não obstante, no caso em apreço há dois réus e o Município de Taió apresentou contestação, de forma que não se aplicam os efeitos da revelia ao réu Júlio Ramos Luz, nos termos do art. 345, I, do CPC.No mais, os pressupostos processuais se fazem presentes. Verifico que as partes são maiores, capazes e estão regular e processualmente representadas.Pela parte requerida não foram arguidas preliminares nem prejudiciais de mérito, inexistem nulidades a serem reconhecidas, de modo que declaro o processo SANEADO.Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que efetivamente pretendem produzir, declinando a sua finalidade e relevância, sob pena de indeferimento, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, consoante artigo 355, inciso I, do CPC, ressaltando que a distribuição do ônus da prova se dará nos termos do artigo 373, incisos I e II do CPC.Intimem-se. Advogados(s): Edgar Santa Rosa Almeida (OAB 20786/SC), Marco Vinicius Pereira Carvalho (OAB 32913/SC); em 16/11/2016 12:39:54, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0737/2016 Data da Publicação: 14/11/2016 Número do Diário: 2474 Página: ; em 01/12/2016 11:38:37, Juntada de documento - Nº Protocolo: WTAO.16.10012928-0 Tipo da

Petição: Informações Data: 01/12/2016 10:56 ; em 09/12/2016 14:49:22, Certidão emitida - Decurso de Prazo - Genérico; em 09/12/2016 14:49:37, Conclusos para sentença; em 02/02/2017 17:19:26, Julgado improcedente o pedido - Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, rejeito os pedidos formulados por Eduardo Ferreira contra o Município de Taió e Júlio Ramos Luz. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo no valor de 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, devidos somente ao procurador do Município de Taió, visto que o réu Júlio Ramos Luz não constituiu procurador nos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. - tipo 1; em 02/02/2017 17:19:27, Certificado a publicação e registro da sentença; em 02/02/2017 17:19:36, Certidão emitida - CERTIFICO que a sentença proferida foi publicada e registrada nesta data.; em 03/02/2017 18:33:54, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0077/2017 Teor do ato: Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, rejeito os pedidos formulados por Eduardo Ferreira contra o Município de Taió e Júlio Ramos Luz. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo no valor de 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, devidos somente ao procurador do Município de Taió, visto que o réu Júlio Ramos Luz não constituiu procurador nos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se. Advogados(s): Edgar Santa Rosa Almeida (OAB 20786/SC), Marco Vinicius Pereira de Carvalho (OAB 32913/SC); em 07/02/2017 12:53:13, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0077/2017 Data da Publicação: 07/02/2017 Número do Diário: 2519 Página: ; em 02/03/2017 16:48:19, Juntada de Petição - Nº Protocolo: WTAO.17.10001964-8 Tipo da Petição: Recurso de apelação Data: 02/03/2017 16:30 ; em 03/03/2017 18:22:58, Ato ordinatório praticado - SAJ - Considerando a interposição de recurso de apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.010, §1º, do CPC.; em 06/03/2017 18:13:12, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0165/2017 Teor do ato: Considerando a interposição de recurso de apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme o art. 1.010, §1º, do CPC. Advogados(s): Edgar Santa Rosa Almeida (OAB 20786/SC), Marco Vinicius Pereira de Carvalho (OAB 32913/SC); em 09/03/2017 12:46:59, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0165/2017 Data da Publicação: 08/03/2017 Número do Diário: 2538 Página: ; em 25/05/2017 18:37:14, Certidão emitida - Decurso de Prazo - Genérico; em 31/05/2017 17:07:16, Recebido pela Assessoria de Cadastramento Processual/DCDP; em 31/05/2017 17:07:17, Recebido recurso eletrônico no Tribunal de Justiça de Santa Catarina - Foro de origem: Taió Vara de origem: Vara Única; em 31/05/2017 17:07:17, Remetido recurso eletrônico ao Tribunal de Justiça/Turma de Recursos; em 31/05/2017 17:07:25, Certidão emitida - Certidão de remessa de recurso eletrônico; em 01/06/2017 16:05:13, Processo Cadastrado - DCDP - Assessoria de Cadastramento; em 01/06/2017 16:05:38, Remessa à Seção de Preparo, Custas e Recolhimento/DCDP; em 01/06/2017 16:05:38, Recebido na Seção de Preparo, Custas e Recolhimento/DCDP; em 01/06/2017 16:12:39, Remessa ao Gabinete do Diretor/DCDP para distribuição; em 01/06/2017 16:12:43, Recebido pelo Gabinete do Diretor /DCDP; em 01/06/2017 16:53:49, Distribuição por Sorteio - Órgão Julgador: 24 - Primeira Câmara de Direito Público Relator: 10206 - Desembargador Jorge Luiz de Borba; em 01/06/2017 16:53:56, Expedido Termo de Distribuição - [TJSC] Termo de Distribuição - PGJ; em 01/06/2017 16:53:56, Juntada; em 01/06/2017 16:53:58, Remessa à Seção de Tramitação/DCDP; em 01/06/2017 16:54:00, Recebido pela Seção de Tramitação/DCDP; em 01/06/2017 18:56:35, Aguardando Encaminhamento à PGJ - Aos 1º de junho de 2017, faço destes autos vista à Procuradoria Geral de Justiça.; em 01/06/2017 19:17:35, Expedida certidão de disponibilização de processo digital - Certidão de Disponibilização do Processo Digital - PGJ; em 02/06/2017 07:11:57, Encaminhado Ata de Distribuição para Publicação no DJE; em 02/06/2017 08:02:27, Encaminhada Ata de Distribuição por Representante para Publicação no DJE; em 05/06/2017 00:00:00, Publicado - Disponibilizado em 02/06/2017 Tipo de publicação: Ata de Distribuição Número do Diário Eletrônico: 2597; em 05/06/2017 00:00:00, Publicado - Disponibilizado em 02/06/2017 Tipo de publicação: Distribuídos por representante Número do Diário Eletrônico: 2597; em 07/06/2017 22:09:09, Vista ao Ministério Público; em 07/06/2017 22:09:14, Juntada de Documentos; em 07/06/2017 22:09:14, Juntada; em 19/06/2017 11:18:05, Manifestação Ministério Público - Procurador: Mário Luiz de Melo Diante do exposto, com fulcro no artigo 178, parágrafo único, do Código de Processo Civil, devolve-se este processo a essa Corte de Justiça, com as homenagens de estilo, sem abordagem quanto ao mérito da causa.; em 19/06/2017 12:28:57, Realizada Juntada de Petição - Nº Protocolo: WTJU.17.12017538-6 Tipo da Petição: Manifestação Ministério Público Data: 19/06/2017 11:14 ; em 19/06/2017 12:28:57, Juntada de Documentos; em 19/06/2017 12:28:57, Juntada; em 19/06/2017 15:38:21, Conclusão ao Relator - Conclusão ao Relator -; em 25/10/2017 16:00:12, Remessa ao Gabinete do Diretor/DCDP (Redistribuição 5ª Câmara Dir. Público); em 25/10/2017 16:01:18, Remessa ao Gabinete do Diretor/DCDP (Redistribuição 5ª Câmara Dir. Público); em 26/10/2017 20:58:09, Saídos por Redistribuição; em 26/10/2017 20:58:09, Redistribuição por Prevenção - Atos Regimentais 145/16-TJ e 155/17-TJ. Criação da 5ª Câmara de Direito Público. Órgão Julgador: 92 - Quinta Câmara de Direito Público Relator: 20070 - Desembargador Hélio do Valle Pereira; em 26/10/2017 20:58:14, Expedido Termo de Distribuição - [TJSC] Termo de Distribuição - Gabinete; em 26/10/2017 20:58:14, Juntada; em 26/10/2017 20:58:16, Conclusão ao Relator; em 27/10/2017 08:02:41, Encaminhado Ata de Distribuição para Publicação no DJE; em 27/10/2017 09:44:45, Encaminhada Ata de Distribuição por Representante para Publicação no DJE; em 30/10/2017 00:00:00, Publicado - Disponibilizado em 27/10/2017 Tipo de publicação: Ata de Distribuição Número do Diário Eletrônico: 2697; em 30/10/2017 00:00:00, Publicado - Disponibilizado em 27/10/2017 Tipo de publicação: Distribuídos por representante Número do Diário Eletrônico: 2697; em 03/11/2017 11:59:06, Remessa ao Gabinete do Diretor/DCDP (Redistribuição 5ª Câmara Dir. Público); em 03/11/2017 12:03:33, Remessa ao Gabinete do Diretor/DCDP (Redistribuição 5ª Câmara Dir. Público); em 03/11/2017 17:46:36, Saídos por Redistribuição; em 03/11/2017 17:46:37, Transferência de Processo - Órgão Julgador Anterior: Quinta Câmara de Direito Público Órgão Julgador Novo: Quarta Câmara de Direito Público Relator Anterior: Desembargador Hélio do Valle Pereira Relator Novo: Desembargador Paulo Ricardo Bruschi Motivo da alteração: Opção Des. Paulo R. Bruschi p/ 4ª C.Direito Público. Assumiu acervo transposto saída Des. Hélio do Valle Pereira p/ 5ª C.Direito Público, que

permaneceu vinculado acervo 4ª C.Público (AtoReg 155/17-TJ); em 03/11/2017 17:46:38, Conclusão ao Relator; em 08/03/2019 12:53:56, Transferência de Processo - Magistrado de origem: Vaga - 5 / Desembargador Paulo Ricardo Bruschi - Titular Área de atuação do magistrado (origem): Ambas Magistrado de destino: Vaga - 5 / Desembargador José Maurício Lisboa - Participante Área de atuação do magistrado (destino): Ambas Motivo: Transferência ao substituto legal (cargo vago). Portaria n. 442/2019-GP e Art. 38, II do Regimento Interno. Considerar como local do processo a última carga/movimentação antes desta.; em 08/03/2019 12:54:00, Expedido termo de transferência - [TJSC] Termo de Transferência - Digital; em 08/03/2019 12:54:00, Juntada; em 25/03/2019 14:18:44, Transferência de Processo - Magistrado de origem: Vaga - 5 / Desembargador José Maurício Lisboa - Participante Área de atuação do magistrado (origem): Ambas Magistrado de destino: Vaga - 5 / Desembargador Rodolfo Tridapalli - Titular Área de atuação do magistrado (destino): Ambas Motivo: Transferência do acervo ao novo titular, Desembargador Rodolfo Tridapalli. Opção deferida pelo Órgão Especial no dia 20/03/2019. Considerar como local do processo a última carga/movimentação antes desta.; em 25/03/2019 14:18:49, Expedido termo de transferência - [TJSC] Termo de Transferência - Digital; em 25/03/2019 14:18:49, Juntada; em 06/07/2020 20:17:59, Transferência de Processo - Magistrado de origem: Vaga - 5 / Desembargador Rodolfo Tridapalli - Titular Área de atuação do magistrado (origem): Ambas Magistrado de destino: Vaga - 5 / Desembargadora Bettina Maria Maresch de Moura - Cooperador Participante Área de atuação do magistrado (destino): Ambas Motivo: Transferência à substituta da vaga. Portaria 1317/2020-GP. Novo titular ainda não definido. Considerar como local do processo a última carga/movimentação antes desta.; em 06/07/2020 20:18:04, Juntada; em 06/07/2020 20:18:05, Expedido termo de transferência - [TJSC] Termo de Transferência - Digital; em 14/08/2020 17:48:10, Realizada Juntada de Petição - Nº Protocolo: WTJU.20.10049044-1 Tipo da Petição: Informações Data: 08/07/2020 13:52 ; em 14/08/2020 17:48:10, Juntada de Documentos; em 14/08/2020 17:48:10, Juntada; em 14/08/2020 17:53:12, Despacho Liberado nos Autos; em 14/08/2020 17:53:17, Mero expediente - SAJ - À Secretaria para atualização da representação processual da peticionante (fl. 147), nos termos postulados.; em 14/08/2020 18:03:35, Alteração de Cadastro Efetuada; em 14/08/2020 18:04:12, Alteração de Cadastro Efetuada; em 14/08/2020 18:06:53, Conclusão ao Relator - [TJSC] Conclusão ao Relator; em 04/11/2020 21:06:07, Transferência de Processo - Magistrado de origem: Vaga - 5 / Desembargadora Bettina Maria Maresch de Moura - Cooperador Participante Área de atuação do magistrado (origem): Ambas Magistrado de destino: Vaga - 5 / Aguardando novo titular - Titular Área de atuação do magistrado (destino): Ambas Motivo: Para permitir a alteração da participação de Cooperador Participante para Titular; em 04/11/2020 21:06:12, Expedido termo de transferência - [TJSC] Termo de Transferência - Digital; em 04/11/2020 22:23:36, Transferência de Processo - Magistrado de origem: Vaga - 5 / Aguardando novo titular - Titular Área de atuação do magistrado (origem): Ambas Magistrado de destino: Vaga - 5 / Desembargadora Bettina Maria Maresch de Moura - Titular Área de atuação do magistrado (destino): Ambas Motivo: Transferência à nova titular. Opção deferida pelo Órgão Especial no dia 04/11/2020. Considerar como local do processo a última carga/movimentação antes desta.; em 04/11/2020 22:23:42, Expedido termo de transferência - [TJSC] Termo de Transferência - Digital; em 21/11/2020 20:03:03, Juntada de certidão - Extrato com dados do processo migrado do SAJ para o EPROC.; em 21/11/2020 20:03:07, Juntada de certidão - Extrato com dados do processo migrado do SAJ para o EPROC.; em 21/11/2020 20:03:08, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Intimação de processo migrado. - (RÉU - MUNICÍPIO DE TAIÓ/SC) Prazo: 1 dia Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 03/12/2020 00:00:00 Data final: 03/12/2020 23:59:59; em 21/11/2020 20:03:08, Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Intimação de processo migrado. - (APELADO - MUNICÍPIO DE TAIÓ/SC) Prazo: 1 dia Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 03/12/2020 00:00:00 Data final: 03/12/2020 23:59:59; em 01/12/2020 23:59:59, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 52; em 01/12/2020 23:59:59, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 57; em 04/12/2020 01:02:18, Decorrido prazo - Refer. ao Evento: 57; em 04/12/2020 01:11:20, Decorrido prazo - Refer. ao Evento: 52. Certifica, ainda, que o assunto cadastrado no mencionado processo é: Indenização por Dano Material, Responsabilidade do Fornecedor, DIREITO DO CONSUMIDOR. Certifica, por fim, que o valor da causa é de R\$ 69.958,00.

Certidão gerada via internet.

Esta certidão pode ser validada no site <https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc> (Consulta Pública / Consulta Autenticidade de Certidão Narratória) com os seguintes dados:

Número do processo: 03012389720158240070

Número da Certidão: 48175

Código de Segurança: 00d372a5

Data de geração: 13/01/2021 12:13:31



A Justiça Estadual, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) Procedimento Comum Cível, processo nº 0300235-68.2017.8.24.0125, distribuído para o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Itapema e no qual figuram, como AUTOR, JULIO CESAR FERNANDES - CPF: 005.319.179-08 (representado(a) por JOAO JORGE FERNANDES JUNIOR - OAB: SC016861) e, como RÉU, JULIO RAMOS LUZ - CPF: 582.420.409-82 (representado(a) por ROSANDRO SCHAUFFLER - OAB: SC025022, DEISE LEHMKUHL - OAB: SC045844 e AISLAN GONCALVES GARCIA - OAB: SC040235), constam os seguintes eventos: em 31/01/2017 12:07:18, Distribuído por sorteio (SAJ); em 31/01/2017 13:54:07, Conclusos para despacho; em 02/02/2017 08:26:08, Realizado o pagamento de custas/despesas - Custas Iniciais paga em 31/01/2017 através da guia nº 125.6022557-24 no valor de 550,93; em 02/02/2017 08:26:08, Juntada; em 30/03/2017 14:01:22, Audiência Designada - SAJ - Conciliatória Data: 29/05/2017 Hora 14:15 Local: Sala de Audiências de Itapema Situação: Realizada; em 30/03/2017 14:52:20, Decisão interlocutória - SAJ - Designo audiência de conciliação/mediação para 29/05/2017, às 14h15. Advirto que, primeiro, o não comparecimento injustificado das partes, ou de seu representante com poderes específicos para transigir, implica a incidência de multa de até 2% sobre o valor da causa, ressalvada a prévia manifestação expressa de todos quanto ao desinteresse na composição consensual com até 10 dias de antecedência, consoante art. 334, §§ 4º, I, 8º e 10º, do CPC; e, segundo, o prazo para o(s) integrante(s) do polo passivo oferecer(em) resposta e especificar(em) detalhadamente as provas que pretende(m) produzir, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados, é de 15 dias (ou de 30 dias em se tratando de advogado de pessoa jurídica de direito público, membro do Ministério Público e defensor público ou pro bono), com termo inicial na data referida (ou no dia da última manifestação pela desistência de conciliação), independentemente de nova intimação, consoante arts. 183, 186, caput e § 3º, 219, 335, I e II, e 336 do CPC. Cite(m)-se o(s) integrante(s) do polo passivo para comparecer(em) ao referido ato pessoalmente e acompanhado(s) de seus respectivo(s) advogado(s) (art. 334, § 9º, do CPC), bem como intimando-o(s) do teor desta decisão. Intimem-se a parte ativa na pessoa do seu advogado sobre o teor desta decisão e para estarem presentes na data agendada (art. 334, § 3º, do CPC). Expeça-se carta precatória, acaso necessário.; em 03/04/2017 12:30:26, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0105/2017 Teor do ato: Designo audiência de conciliação/mediação para 29/05/2017, às 14h15. Advirto que, primeiro, o não comparecimento injustificado das partes, ou de seu representante com poderes específicos para transigir, implica a incidência de multa de até 2% sobre o valor da causa, ressalvada a prévia manifestação expressa de todos quanto ao desinteresse na composição consensual com até 10 dias de antecedência, consoante art. 334, §§ 4º, I, 8º e 10º, do CPC; e, segundo, o prazo para o(s) integrante(s) do polo passivo oferecer(em) resposta e especificar(em) detalhadamente as provas que pretende(m) produzir, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados, é de 15 dias (ou de 30 dias em se tratando de advogado de pessoa jurídica de direito público, membro do Ministério Público e defensor público ou pro bono), com termo inicial na data referida (ou no dia da última manifestação pela desistência de conciliação), independentemente de nova intimação, consoante arts. 183, 186, caput e § 3º, 219, 335, I e II, e 336 do CPC. Cite(m)-se o(s) integrante(s) do polo passivo para comparecer(em) ao referido ato pessoalmente e acompanhado(s) de seus respectivo(s) advogado(s) (art. 334, § 9º, do CPC), bem como intimando-o(s) do teor desta decisão. Intimem-se a parte ativa na pessoa do seu advogado sobre o teor desta decisão e para estarem presentes na data agendada (art. 334, § 3º, do CPC). Expeça-se carta precatória, acaso necessário. Advogados(s): Joao Jorge Fernandes Junior (OAB 16861/SC); em 03/04/2017 14:52:46, Expedido ofício - SAJ - Digital - Citação por Carta - Audiência - Art. 334 do CPC - ARMP; em 03/04/2017 14:55:21, Juntada; em 05/04/2017 13:29:29, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0105/2017 Data da Publicação: 05/04/2017 Número do Diário: 2557 Página: ; em 07/04/2017 18:15:12, Expedido ofício - SAJ - Digital - Citação por Carta - Audiência - Art. 334 do CPC - ARMP; em 20/04/2017 12:58:33, Juntada de AR - Juntada de AR : AR649421654TJ Situação : Cumprido Modelo : Digital - Citação por Carta - Audiência - Art. 334 do CPC - ARMP Destinatário : Júlio Ramos Luz Diligência : 13/04/2017; em 20/04/2017 12:58:33, Juntada; em 20/04/2017 12:58:37, Certidão emitida - Certidão Automática de Juntada do AR; em 29/05/2017 10:52:40, Juntada de Procuração - Nº Protocolo: WITP.17.10011443-8 Tipo da Petição: Procuração/Substabelecimento Data: 29/05/2017 10:44 ; em 29/05/2017 14:20:53, Expedido termo - Aberta a audiência, a parte ré informou que irá juntar credenciais juntamente com a contestação. Proposta de conciliação não obteve êxito. Aguarde-se em cartório o decurso de prazo para apresentação de contestação, em seguida, intime-se a parte contrária para que se manifeste no prazo legal. Após, remetam os autos conclusos. Intimados os presentes. Nada mais. E, para constar, foi determinada a lavratura do presente termo.; em 05/06/2017 10:51:16, documento digitalizado; em 26/06/2017 10:13:24, Juntada petição de contestação - Nº Protocolo: WITP.17.10013401-3 Tipo da Petição: Contestação Data: 19/06/2017 16:05 ; em 26/06/2017 10:15:54, Certificado a tempestividade - Tempestividade; em 26/06/2017 10:15:58, Ato Ordinatório-Contestação - Fica intimado(a) o autor(a) para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias.; em 27/06/2017 19:58:19, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0235/2017 Teor do ato: Fica intimado(a) o autor(a) para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Advogados(s): Joao Jorge Fernandes Junior (OAB 16861/SC); em 29/06/2017 13:23:19, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0235/2017 Data da Publicação: 29/06/2017 Número do Diário: 2614 Página: ; em 19/07/2017 10:57:56, Juntada de Petição - Nº Protocolo: WITP.17.10016026-0 Tipo da Petição: Manifestação sobre a contestação Data: 19/07/2017 10:15 ; em 24/07/2017 20:08:51, Conclusos para despacho; em 24/07/2017 20:09:00, Ajuste correicional conclusos para sentença -

Desconsiderar essa movimentação em razão da inclusão do ajuste correicional datado de 31/07/2018.; em 27/04/2018 10:11:00, Informações - Nº Protocolo: WITP.18.10011106-5 Tipo da Petição: Informações Data: 27/04/2018 10:01 ; em 31/07/2018 13:29:51, Conclusos para sentença; em 16/01/2019 18:07:04, Julgado procedente o pedido - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial por Júlio Cesar Fernandes em face de Júlio Ramos Luz para CONDENAR a parte ré ao pagamento de indenização a título de danos morais ao autor, no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), valor sobre o qual deverão incidir juros de mora (1% ao mês) a contar do evento danoso (16/10/2016) e correção monetária (INPC) a partir da fixação. Por conseguinte, condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% sobre o valor da condenação, em atenção aos parâmetros previstos no art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil.Sentença registrada eletronicamente. Publique-se. Intimem-se.Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. - tipo 1; em 16/01/2019 18:07:10, Certificado a publicação e registro da sentença; em 16/01/2019 18:07:17, Certidão emitida - CERTIFICO que a sentença proferida foi publicada e registrada nesta data.; em 21/01/2019 13:06:50, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0019/2019 Teor do ato: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial por Júlio Cesar Fernandes em face de Júlio Ramos Luz para CONDENAR a parte ré ao pagamento de indenização a título de danos morais ao autor, no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), valor sobre o qual deverão incidir juros de mora (1% ao mês) a contar do evento danoso (16/10/2016) e correção monetária (INPC) a partir da fixação. Por conseguinte, condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% sobre o valor da condenação, em atenção aos parâmetros previstos no art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil.Sentença registrada eletronicamente. Publique-se. Intimem-se.Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Advogados(s): Joao Jorge Fernandes Junior (OAB 16861/SC), Rosandro Schaufler (OAB 25022/SC), Deise Lehmkuhl (OAB 45844/SC); em 23/01/2019 18:53:00, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0019/2019 Data da Publicação: 23/01/2019 Número do Diário: 2984 Página: ; em 01/02/2019 10:42:08, Juntada petição de apelação - Nº Protocolo: WITP.19.10002809-6 Tipo da Petição: Recurso de apelação Data: 01/02/2019 10:31 ; em 13/02/2019 14:27:25, Juntada petição de apelação - Nº Protocolo: WITP.19.10004136-0 Tipo da Petição: Recurso de apelação Data: 13/02/2019 14:11 ; em 25/02/2019 22:20:18, Certificado a tempestividade - Tempestividade; em 25/02/2019 22:20:24, Ato ordinatório praticado - SAJ - Fica intimada a parte passiva para apresentar contrarrazões.; em 25/02/2019 22:20:31, Ato ordinatório praticado - SAJ - Fica intimada a parte apelada/recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.; em 25/02/2019 22:54:39, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0104/2019 Teor do ato: Fica intimada a parte passiva para apresentar contrarrazões. Advogados(s): Rosandro Schaufler (OAB 25022/SC), Aislân Gonçalves Garcia (OAB 40235/SC), Deise Lehmkuhl (OAB 45844/SC); em 25/02/2019 22:54:43, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0104/2019 Teor do ato: Fica intimada a parte apelada/recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Advogados(s): Joao Jorge Fernandes Junior (OAB 16861/SC); em 28/02/2019 14:57:06, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0104/2019 Data da Publicação: 27/02/2019 Número do Diário: 3009 Página: ; em 28/02/2019 14:57:07, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0104/2019 Data da Publicação: 27/02/2019 Número do Diário: 3009 Página: ; em 22/03/2019 11:12:32, Juntada petição de contrarrazões - Nº Protocolo: WITP.19.10008294-5 Tipo da Petição: Contrarrazões Data: 22/03/2019 11:03 ; em 22/03/2019 14:37:16, Juntada petição de contrarrazões - Nº Protocolo: WITP.19.10008320-8 Tipo da Petição: Contrarrazões Data: 22/03/2019 14:32 ; em 24/04/2019 18:41:03, Expedido ofício - SAJ - Remessa de Recurso ao Órgão Julgador - Em Mãos; em 24/04/2019 19:04:41, Remetido recurso eletrônico ao Tribunal de Justiça/Turma de Recursos; em 24/04/2019 19:04:48, Certidão emitida - Certidão de remessa de recurso eletrônico; em 30/04/2019 14:56:56, Juntada; em 26/06/2020 16:55:05, Juntada; em 31/07/2020 15:13:15, Juntada; em 13/08/2020 22:36:00, Juntada; em 28/08/2020 17:18:51, Juntada; em 11/09/2020 08:35:17, Juntada; em 15/10/2020 17:58:39, Juntada; em 19/10/2020 10:09:41, Juntada; em 12/11/2020 13:26:51, Juntada; em 12/11/2020 13:27:43, Recebido recurso eletrônico - Data do julgamento: 10/09/2020 Trânsito em julgado: 12/11/2020 13:26:51 Tipo de julgamento: Acórdão Decisão: por votação unânime, conhecer do recurso do réu e negar-lhe provimento, e conhecer do recurso do autor e dar-lhe provimento para julgar procedente em parte o pedido. Custas legais. Situação do provimento: Provimento em Parte Relator: Desembargador Álvaro Luiz Pereira de Andrade; em 12/11/2020 13:27:49, Juntada; em 01/12/2020 07:01:18, Juntada de certidão - Extrato com dados do processo migrado do SAJ para o EPROC.. Certifica, ainda, que os assuntos cadastrados no mencionado processo são: Indenização por dano moral, Responsabilidade civil, DIREITO CIVIL e DIREITO CIVIL. Certifica, por fim, que o valor da causa é de R\$ 25.000,00.

Certidão gerada via internet.

Esta certidão pode ser validada no site <https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc> (Consulta Pública / Consulta Autenticidade de Certidão Narratória) com os seguintes dados:

Número do processo: 03002356820178240125

Número da Certidão: 48194

Código de Segurança: 02e0a1e3

Data de geração: 13/01/2021 14:17:50





07/01/2021

0010706304

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Rio do Sul

CERTIDÃO
ANTECEDENTES PARA FINS ELEITORAIS

CERTIDÃO Nº: 8008588

FOLHA: 1/1

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Rio do Sul, com distribuição anterior à data de 06/01/2021, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

JÚLIO RAMOS LUZ, brasileiro(a), casado, portador do RG: 1.675.990, CPF: 582.420.409-82, filho de Adairton José Luz e Onelia Ramos Luz, natural de Rio do Sul - SC, nascido aos 28/01/1967, residente na Rua Academico Nilo Marchi, 447, Centro, Rio do Sul - SC. *****

OBSERVAÇÕES:

a) certidão é expedida em consonância com a Lei Complementar n.º 64/90, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 135/2010.

b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

c) a presente certidão é isenta de custas, nos termos da legislação vigente;

d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão terá validade de 60 dias, se emitida em única via, sem rasuras e mediante assinatura do Distribuidor Judicial.

Rio do Sul, quinta-feira, 7 de janeiro de 2021.


Silvia Adelina Schwalb
TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR
Matrícula 29.155

PEDIDO Nº: 0010706304



CERTIDÃO ELEITORAL Nº: 667812

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

NOME: JULIO RAMOS LUZ

CPF: 582.420.409-82

RG: 1675990

Órgão expedidor: SSP SC

Nome da mãe: ONÉLIA RAMOS LUZ

Nome do pai: ADAIRTON JOSÉ LUZ

Data de nascimento: 28/01/1967

Certidão emitida às 15:27 de 22/12/2020.

OBSERVAÇÕES

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- 3) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JULIO RAMOS LUZ

CPF: 582.420.409-82

Certidão nº: 34453812/2020

Expedição: 22/12/2020, às 11:10:24

Validade: 19/06/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JULIO RAMOS LUZ**, inscrito(a) no CPF sob o nº **582.420.409-82**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que o Leiloeiro Público Oficial, JÚLIO RAMOS LUZ, matriculado na JUCESC sob nº AARC 162, executou os serviços abaixo especificado:

- Serviços de Leiloeira Público Oficial, disponibilizando Sistema, Equipamentos e pessoal para venda de bens imóveis, móveis, veículos e sucatas de veículos, entre outros, compreendendo a assessoria na estruturação e a organização do próprio leilão.
- Os serviços prestados englobaram a organização, divulgação, praxeamento presencial e eletrônico (Leilão On Line, através da Internet), além da divulgação através dos meios de comunicação, bem como através de redes Sociais e rede mundial de computadores.
- O(a) Leiloeiro(a) utilizou de Sistema Informatizado de Emissão de Nota Eletrônica de Arrematação (Nota de Venda em Leilão), durante o andamento normal do leilão.
- O percentual de vendas atingido foi de 100%, ou seja, todos os lotes apregoados foram vendidos com ressalva daqueles retirados do leilão por ordem da administração ou inadimplentes, sem culpa do mesmo.
- **Edital nº 001/2018**

Atestamos ainda, que o(a) Leiloeiro(a) prestou os serviços na data de hoje e divulgou em vários sites que possuem parceria com outros Leiloeiros para ampla divulgação, que foi feita através de vários meios de comunicação, não existindo, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Cidade de Imbituba, 14 de dezembro de 2018.

Rui Roberti (MATRÍCULA 111)

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A.
Rui Roberti
Assistente Portuário



3º Tabelionato
Marlene Finardi
Tabeliária Interina

Rua Carlos Gomes, 105 - Sala 4 - Centro - Rio do Sul - SC - 47 3521.2063
marlene@3tabelionato.com

AUTENTICAÇÃO



AUTENTICO a presente cópia reprográfica, por conter com o original a mim apresentado, do que dou fé no Rio do Sul - SC, quarta-feira, 31 de junho de 2019.

Antônio Domingos Leão - Escrevente Notarial

Emolumentos R\$ 3,55 + Selo R\$ 1,95 = R\$ 5,50 (Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - FNX72454-JGJQ) (ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA)

Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br



Bel. Júlio Ramos Luz

**LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E LEILOEIRO RURAL
PERITO JUDICIAL**

AARC nº 162
FAESC 026
COMPEJ Nº 02.00.2110

DESDE 2005



ANEXO IV

CONFORME ITEM 4, 4.2, LETRA "o" DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE CONFIDENCIALIDADE, DE INEXISTENCIA DE IMPEDIMENTOS À CONTRATAÇÃO, DE AUTENTICIDADE DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS E DE POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO.

Eu, Júlio Ramos Luz, Leiloeiro Público Oficial, com registro na Junta Comercial JUCESC, sob nº AARC 162, inscrito no C.P.F. sob nº 582.420.409 82, portador do RG nº 1.675.990, com endereço, e-mail e telefones gravados ao pé da página, DECLARO:

- 1) Para efeitos do atendimento às normas legais e editalícias, que atendo plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste edital.
- 2) Comprometo-me a não divulgar ou transferir a terceiros, sob qualquer pretexto, bem como manter em absoluta confidencialidade, as informações e outros dados técnicos confidenciais, que a SCPAR Porto de Imbituba S.A. transmitir a nossa equipe técnica, prepostos ou empregados, desde que necessárias para execução dos trabalhos objeto deste edital, tomando para isso as providências cabíveis para a proteção das informações e dados técnicos confidenciais recebidos.
- 3) Que inexistem impedimentos à contratação, nos termos do artigo 38 da Lei nº 13.303, de 2016 e da Lei Estadual nº 16.493/14, não estando suspenso de participar de licitações e declarando não haver nada que a impeça de contratar com a Administração Pública.
- 4) Para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para participar deste procedimento Licitatório, por mim entregues, são verdadeiros e autênticos (fiei a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época). Fico ciente através desse documento declaratório que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de Má-Fé.
- 5) Que tenho conhecimento das normas previstas na legislação dentre as quais as Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- 6) Que me comprometo em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- 7) Que me comprometo em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- 8) Que tenho ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa CGE/SEA nº 01/2020 (Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 02/04/2020 - Edição nº 21.236), além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Porto de Imbituba, 15 de janeiro de 2021.

Júlio Ramos Luz
Leiloeiro Público Oficial
Matrícula AARC 162
Fé Pública Conf. Decreto Nº 21.981/32
Leiloeiro Rural Matr. FAESC Nº 026

Matriz: Rua Ac. Nilo Marchi, nº. 447, Sl. 01, centro, RIO DO SUL, SC. CEP 89 160 075, (47) 3521 7730, 9 8484 7730

Filial: Rua Saldanha Marinho nº 374, Edif. Zigurate, Sala 701, Centro, FLORIANÓPOLIS, CEP 88.010 450, (48) 9 8852 0474

Email: julioramos@julioramos.com.br

WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COM.BR